

<b>Processo nº:</b>	0203711-65.2016.8.19.0001
<b>Tipo do Movimento:</b>	Publicação de Edital
<b>Descrição:</b>	<p>JUÍZO DE DIREITO DA 7ª VARA EMPRESARIAL DA COMARCA DA CAPITAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO PROCESSO Nº 00203711-65.2016.8.19.0001 EDITAL DE RECONHECIMENTO DE LEGITIMIDADE PARA EXERCÍCIO DO DIREITO DE VOTO Nos termos da decisão de fls. 96.767 a 96.769, proferida pelo MM. Juízo da 7ª Vara Empresarial da Comarca do Rio de Janeiro em 04 de outubro de 2016, nos autos do processo de Recuperação Judicial de Oi S.A., Telemar Norte Leste S.A., Oi Móvel S.A., COPART 4 Participações S.A., COPART 5 Participações S.A., Portugal Telecom International Finance B.A. e Oi Brasil Holdings Cooperatief U.A. (todas em conjunto, 'Devedoras' ou 'Grupo Oi') (Processo nº 0203711-65.2016.8.19.0001), fica determinado e autorizado para os fins e efeitos de direito que os credores (bondholders/obligacionistas) decorrentes das escrituras descritas no Anexo I ('Escrituras'), (i) terão reconhecidos os direitos de petição e participação, deliberação e voto, independentemente de nova decisão judicial específica e individualizada para cada bondholder/obligacionista, ou de apresentação de divergência, habilitação e/ou impugnação de crédito, desde que, em até 10 (dez) dias antes da instauração de qualquer assembleia geral de credores, por meio de simples petição a ser autuada em incidente próprio apartado e remetido a Administradora Judicial, apresentem (a) declaração, própria ou subscrita por representante, procurador, consultor ou agente de qualquer natureza, informando a titularidade e valor do crédito detido pelo(s) respectivo(s) Bondholder(s)/Obrigacionista ('Declaração Bondholder'/Obrigacionista), conforme modelo que é parte integrante deste edital ou outra declaração em termos materialmente semelhantes; (b) documentos que atestem os poderes de representação daquele que assina a Declaração Bondholder/Obrigacionista, que podem ser substituídos por certidão notarial, acompanhados de suas respectivas traduções juramentadas (se aplicável); e (c) quando cabível, Screen Shot e/ou qualquer outro certificado ou declaração emitido por corretora ou custodiante dos títulos ou qualquer documento equivalente que ateste e confirme as informações constantes da Declaração Bondholder/Obrigacionista ('Documento de Titularidade'); (ii) que poderão ser reconhecidos, por meio de decisão judicial específica e individualizada para o respectivo Bondholder, mas sem a necessidade de apresentação de divergência, habilitação ou impugnação de crédito, os direitos de petição e participação, deliberação e voto daqueles bondholders/obligacionistas que após ou no curso do prazo de 10 (dez) dias que antecede a instalação de uma assembleia geral de credores, apresentarem em juízo simples petição, a ser autuada em incidente próprio apartado, acompanhada dos documentos referidos no item anterior, ou materialmente semelhantes; (iii) que a Administradora Judicial considerará cada Bondholder/Obrigacionista que tiver seu direito de voz e voto reconhecido nos termos dos itens (i) e (ii), acima, como um credor individualizado, para fins de cômputo do quórum de instalação e do quórum de deliberação que trata o art. 45, § 1º, da Lei 11.101/2005; (iv) que a Administradora Judicial subtrairá o valor do crédito declarado por cada Bondholder/Obrigacionista ou objeto de decisão judicial específica e individualizada, conforme o caso, para fins de apuração de quórum e resultado de votação, do montante total relacionado na Relação de Credores do Grupo Oi em favor dos Agentes Fiduciários indicados nas Escrituras, incluindo o The Bank of New York Mellon (Trustee) e Citicorp Trustee Company LTD (Trustee), conforme aplicável, de forma a evitar duplicidade na votação dos créditos. Os agentes fiduciários poderão, mas não estarão obrigados a votar em nome dos Bondholders/Obrigacionistas que não tiverem seu direito de voz e voto reconhecido nos termos dos itens I) e (ii) acima; (v) que eventuais alterações posteriores por força da venda dos títulos pelos Bondholders/Obrigacionistas que porventura já tenham apresentado documentos e/ou obtido decisão específica e individualizada, conforme o caso, deverão ser informadas pelo(s) respectivo(s) Bondholder(s)/Obrigacionista(s) vendedor(es) e/ou seus procuradores, representantes e/ou advogados, sob pena de incidência das penalidades previstas na legislação brasileira, inclusive de natureza civil e criminal, e incluindo, mas não se limitando, às penalidades previstas no art. 39, §3º, da Lei 11.101/2005, nos autos do respectivo incidente processual apartado e à Administradora Judicial mediante petição e correspondência, conforme o caso, em até 48 (quarenta e oito) horas antes da instauração ou retomada de assembleia geral de credores; (vi) que, neste último caso, a Administradora Judicial acrescentará, para fins de apuração de quórum e resultado de votação, o valor do crédito vendido e assim declarado pelo(s) respectivo(s) Bondholder(s)/Obrigacionista(s) vendedor(es) ao montante total relacionado na Relação de Credores do Grupo Oi em favor dos respectivos Agentes Fiduciários das Escrituras, incluindo o The Bank of New York Mellon (Trustee) e Citicorp Trustee Company LTD (Trustee), conforme o caso, salvo na hipótese do adquirente dos títulos promover o procedimento de individualização do direito de petição, voz e voto na forma deste Edital; (vii) que, caso os títulos sejam vendidos por Bondholder(s)/Obrigacionista(s), dentro do prazo de 48 (quarenta e oito) horas que antecede a instauração da assembleia geral de credores ou a retomada de assembleia geral de credores previamente suspensa, o(s) Bondholder(s)/Obrigacionista(s) que efetuar(em) a venda nessas condições deverá(ão) se abster de exercer seu direito de voz e voto em assembleia geral de credores no valor correspondente aos títulos vendidos. Os documentos comprobatórios da condição de Bondholder/Obrigacionista devem ser apresentados em juízo e, para que não haja tumulto nos autos, as petições correspondentes serão autuadas em apartado, no denominado 'incidente de identificação de Bondholders'. Caso não tenha havido posterior compra e/ou venda de títulos, fica determinado que o(s) Bondholder(s)/Obrigacionista(s) fica(rão) dispensado(s) da apresentação de nova(s) Declaração(ões) Bondholder(s)/Obrigacionista(s) e Documento(s) de Titularidade, presumindo-se válidos para todos os fins a Declaração(ões) Bondholder(s)/Obrigacionista(s) e Documento(s) de Titularidade apresentados pelo(s) respectivo(s) Bondholder(s)/Obrigacionista no curso do processo de recuperação judicial e autuados em incidente apartado na forma deste Edital. E, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, ordenou a mim, Chefe de Serventia Judicial, que expedisse o presente Edital, que será publicado na forma da Lei e afixado no local de costume. Cientes de que este Meretíssimo Juízo tem sede na Av. Erasmo Braga, nº 115, Lâmina Central - Sala 706 - Centro/RJ. Dado e passado nesta cidade do Rio de Janeiro, aos cinco dias do mês de setembro do ano dois mil e dezesseis. Eu, Pery João Bessa Neves, Analista Judiciário, Chefe de Serventia Judicial, matr. 01/22962, o digitei e o subscrevo. O Dr. Fernando Cesar Ferreira Viana - Juiz Titular.</p>

Imprimir

Fechar